

" O ENSINO REFLEXO DA ESTRUTURA SÓCIO-ECONÓMICA DE UM DADO PAÍS "

1. O ensino reflecte sempre as condições objectivas, sócio-económico-políticas de uma dada sociedade.

- Assim, na sociedade medieval, o ensino veiculava a ideologia dominante do modo de produção feudal.

- Na sociedade capitalista, onde há apropriação privada dos meios de produção, o ensino está ao serviço da classe dominante - veicula uma ideologia que projectua a sua dominação.

- Na sociedade socialista, onde existe a apropriação colectiva dos meios de produção, o Estado é o poder dos trabalhadores - o ensino está ao serviço da maioria da população.

2. No entanto, o capitalismo encerra em si contradições inevitáveis, que são irreversíveis e tendem a agudizar-se.

3. A luta de classes reflecte-se necessariamente nas escolas. A força do movimento popular, das organizações democráticas repercutem-se na universidade e nas escolas. Os estudantes tomam consciência dos problemas da sociedade; por sua vez as suas movimentações que vão também contribuir para engrossar a luta popular.

Esta consciencialização política determina que os quadros técnicos no sistema capitalista não vinculem necessariamente a ideologia da classe dominante, e isto, apesar da feroz selecção de classe do sistema de ensino.

4. Para além deste factor, os quadros técnicos que saem das escolas capitalistas vêm integrar-se na produção, vêm trabalhar na sociedade - em sectores públicos ou privados. O seu trabalho vem reforçar as forças produtivas da sociedade. Logo, vem agudizar a contradição fundamental do sistema capitalista - a apropriação privada dos meios de produção e o carácter social da produção.

5. Os dois pontos acima apontados não permitem tirar conclusões esquemáticas. Isto porque é determinante a situação política do país, o desenvolvimento da luta popular de massas, e o isolamento da classe dominante.

6. Daqui se conclui que, nos países capitalistas não é correcta a utilização em abstracto de fórmula " O ensino serve a burguesia ". Tal concepção não reflecte as condições objectivas existentes na sociedade - é reaccionária porque ignora a força política do movimento popular.

7. Em Portugal vive-se uma situação revolucionária, em que se processam profundas alterações políticas. Mantem-se o capitalismo, mantem-se o poder dos monopólios. Mas o Governo não representa os monopólios, antes, pelas medidas que tem levado, o pode continuar a levar a cabo, corresponde aos interesses das massas trabalhadoras.

Há portanto uma dissociação entre o poder político e o poder económico.

8. Além de ter sido posto fim à guerra colonial e anulado o processo de independência das colónias, foram instauradas as liberdades fundamentais. Está a ser conduzida uma política que visa cortar o passo à reacção, melhorar o nível de vida das classes trabalhadoras, levar a cabo medidas anti-monopolistas que fazem pagar aos monopólios as dificuldades económicas que o país atravessa - que são unicamente o resultado da sua polí-

tica anti-nacional.

9. Das conquistas hoje alcançadas, dos passos hoje dados no processo de Democrati-  
zação, dependerá a evolução futura da situação política em Portugal.

10. No terreno do ensino, já importantes passos foram dados, que se traduzem hoje  
na participação dos estudantes em estruturas paritárias da gestão das faculdades, no se-  
neamento de elementos comprometidos com o regime fascista, na abolição do conteúdo reac-  
cionário de algumas cadeiras e modificação dos métodos de ensino, de forma a que ele não  
vise servir os monopólios mas, os interesses nacionais.

11. Importa agora avançar também em medidas que progressivamente vão eliminando o  
carácter de classe do ensino, em especial do universitário. Para isso preconiza-se a pri-  
oridade de acesso, em especial, ao ensino superior, aos filhos das classes trabalhadoras.

Medidas que garantam desde já a todos os jovens o efectiva direito e a possibili-  
dade prática de acesso a todos os graus do ensino unicamente na base das suas capacida-  
des. Medidas que institucionalizem já as facilidades de acesso aos filhos dos trabalhado-  
res.

12. Devem ser tomadas medidas imediatas que solucionem os problemas específicos dos  
estudantes trabalhadores, pois mesmo alteradas as condições globais do funcionamento das  
escolas, continuam a ser das mais difíceis as condições de estudo do estudante trabalhador  
pelo sobrecarrego de esforço que as aulas vêm trazer após um dia de trabalho. Esta sobrecar-  
ga leve ao adormecimento das capacidades intelectuais, à apuradizagem acritica, à impossi-  
bilidade de investigação, da procura de caminhos novos, tudo se traduzindo em perda de  
Recursos Humanos.

É feroz que se encontrem formas de tornar viável um estudo mais completo, mais  
crítico, mais criador, impossível sem anormos sacrifícios se não se resolverem problemas  
imediatos e que apontaremos.

Assim:

I - Por serem estudantes ou pretenderem estudar, é-lhes negado ou o direito ao trabalho  
ou o direito ao ensino, situações que se têm verificando com bastante frequência, violando  
clausulas convencionais e que na ordem democrática instaurada em 25 de Abril não poderão  
continuar;

II- Verifica-se que a maioria dos estudantes-trabalhadores desempenham funções de forma  
alguma compatíveis com a sua qualidade escolar, funções essas que se tornam rotineiras e  
adormecedoras das suas capacidades intelectuais, desempenhando uma influência negativa no  
seu aproveitamento escolar.

III- Que a actividade escolar é bastante prejudicada pelos horários de trabalho em vigor  
e se considere possível proceder à sua alteração.

Sendo o acesso ao ensino e à cultura um direito inalienável das classes trabalhadoras  
e um ponto preciso do programa do MFA, entendemos que este direito deve ser não só reconhe-  
cido como sobretudo o seu exercício incentivado por medidas legais e convencionais; antag-  
amos também que na actual conjuntura política a designação de estudantes-trabalhadores se